

COM RELAÇÃO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADO PELA OPERADORA DE SAÚDE HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO INSCRITA NO CNPJ Nº 63.554.067/0001-98, E-MAIL: LICITACAO@HAPVIDA.COM.BR, COM SEDE NA AV. HERÁCLITO GRAÇA, Nº 406, 3º ANDAR, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA, CEARÁ. NO TOCANTE AOS QUESTIONAMENTOS RELACIONADAS AO TERMO DE REFERÊNCIA QUE FUNDAMENTA O PE 02/2021, IDENTIFIQUEI 5 (CINCO) INQUIRIÇÕES SOBRE AS QUAIS SEGUEM OS ESCLARECIMENTOS/INFORMAÇÕES ABAIXO:

1- A primeira irregularidade se encontra no item 16.1, “F”, do edital, uma vez que o objeto se trata de prestação de serviços, contudo, é exigido na proposta comercial a indicação de “marca e fabricante”, sob pena de desclassificação, veja-se:

16.1. A proposta de Preços deverá:

[...]

f) Constar descrição clara e inequívoca do objeto do certame, com indicação de marca e fabricante, sendo que todas as especificações do objeto contidas na proposta incluam o fornecedor registrado;

Ora, como poderá ser indicada na proposta comercial a indicação de marca e fabricante quando o objeto se trata de uma prestação de serviços?

Assim, resta ilegal a exigência acima, dada a sua impossibilidade.

R= EM RESPOSTA AO ITEM ACIMA, INFORMAMOS QUE A REDAÇÃO JÁ FOI RETIFICADA NO EDITAL.

2- Outro ponto que merece destaque é a exigência contida no item 18.4 e subsequentes, uma vez que faz exigência não contida em lei, veja-se:

18.4. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, **deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

18.4.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

18.4.2. **O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante**, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

Com efeito, os dispositivos acima expostos, além de misturarem modalidades de licitação (tomada de preços com pregão), o que é vedado expressamente pela lei nº 8.666/93, também faz exigência não contida em lei.

Logo, fere frontalmente o princípio da legalidade, contido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, bem como à Lei Geral de Licitações.

R = CABE ESCLARECER QUE ESTA EXIGÊNCIA ESTÁ DISPOSTA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP Nº 03, DE 2018 (A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 REVOGOU A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010).

SEGUNDO A IN, ART. 9º- O CREDENCIAMENTO É O NÍVEL BÁSICO DO REGISTRO CADASTRAL NO SICAF QUE PERMITE A PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS NA MODALIDADE LICITATÓRIA PREGÃO, EM SUA FORMA ELETRÔNICA. OU SEJA, CADA MODALIDADE SEGUE O PADRÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO POR LEI. COM ISSO, O DISPOSITIVO NÃO FERE FRONTALMENTE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, PERMANECENDO COMO EXIGÊNCIA NO EDITAL.

3- O critério de julgamento adotado será o menor valor global para cada item (plano), **sendo 1 lote e 1 item**, devendo os licitantes respeitarem os preços máximos aferidos na pesquisa de preços, inclusive para cada faixa etária, conforme definido neste Edital e seus anexos. (Grifou-se)

18.8.1. No processo licitatório (apenas para a licitante classificada provisoriamente **em primeiro lugar para os 2 itens**): (Grifou-se)

“Não bastassem as contradições observadas no corpo do edital, ao se analisar o Anexo I – Termo de Referência, item 1, observa-se que se trata de 01 (um) lote com 02 (dois) itens e mais 01 (um) item sem lote. Contudo, com a devida vênia, a confusão quanto aos itens e a forma de julgamento da proposta não terminam nos dispositivos acima expostos, uma vez que o item 14.4 do Anexo I – Termo de Referência fala em uma forma de calcular diferente do modelo de proposta constante no Anexo 1-B. Assim, o edital é extremamente confuso quanto ao critério de julgamento, afrontando assim o princípio do julgamento objetivo.”

R = NÃO CONSEGUIMOS IDENTIFICAR RAZÃO DE CONFUSÃO QUANTO AOS 3 (TRÊS) ITENS DISPOSTOS NO PREGÃO, EXPLICO:

NO PRIMEIRO LOTE, COM DOIS ITENS, TRATA-SE DA CONTRATAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COM COBERTURA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR, QUE PODE SER EM ACOMODAÇÃO COLETIVA/ENFERMARIA (PLANO A) OU EM ACOMODAÇÃO INDIVIDUAL/APARTAMENTO (PLANO B), CONSIDERANDO QUE É FALCULTADO A CADA BENEFICIÁRIO ADERIR AO PLANO COM A MODALIDADE DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR QUE MELHOR LHE APROVER, TORNA-SE CONVENIENTE JUNTAR EM 1 LOTE (PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA) OS 2 ITENS POSSÍVEIS DE SEREM CONTRATADOS (ENFERMARIA OU APARTAMENTO) SENDO ELES EXCLUDENTES ENTRE SI.
- QUANTO AO TERCEIRO ITEM (ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA), NÃO HÁ SUBDIVISÕES EM SUA CONTRATAÇÃO, RAZÃO PELA QUAL NÃO CABE INCLUI-LO EM UM LOTE SEPARADO.

DESTACO QUE A RAZÃO DESTA DIVISÃO CONSTA ESCLARECIDA NO ITEM 4 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

*** QUANTO AO CÁLCULO DO VALOR A SER LANÇADO NA PROPOSTA DE PREÇOS ELE ESTÁ ESCLARECIDO NO ITEM 14.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

“Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contemplando a SOMA dos valores unitários das faixas do Plano Enfermaria (Item 29), e a SOMA dos valores unitários das faixas do Plano Apartamento (Item 29), divididos por dois, encontrando-se a média aritmética, para efeito de julgamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VT = (V1 + V2)/2$$

Onde:

VT = Valor Total da Proposta e

V1 = SOMA dos valores unitários por faixas etárias do PLANO ENFERMARIA, multiplicado por 12 (doze) (Item 29)

V2 = SOMA dos valores unitários por faixas etárias do PLANO APARTAMENTO, multiplicado por 12 (doze) (Item 29).

Será vencedora a proposta que apresentar o MENOR VALOR TOTAL - VT, desde que atendidas as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.”

*** QUANTO A DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ENTRE O TEXTO CONSTANTE NO ITEM 14.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA E O MODELO DE PROPOSTA DE CONSTANTE NO ANEXO 1B, PERCEBE-SE QUE É A NECESSIDADE DE DIVISÃO POR 2 (DOIS) DA SOMA DOS VALORES DO PLANO ENFERMARIA COM OS VALORES DO PLANO APARTAMENTO. ESTA INFORMAÇÃO NÃO CONSTA NO DOCUMENTO ANEXO POR FALHA DE IMPRESSÃO. PORÉM, EM NOSSO ENTENDIMENTO ISSO NÃO COMPROMETE A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INTERESSADAS NO CERTAME, CONSIDERANDO A OBVIDEIDADE DESTA DIVISÃO, UMA VEZ QUE CADA BENEFICIÁRIO PODERÁ ADERIR SOMENTE A 1 PLANO DE SAÚDE, ESCOLHENDO PELA ACOMODAÇÃO ENFERMARIA OU PELA ACOMODAÇÃO APARTAMENTO. PORÉM SUGERIMOS QUE SEJA RETIFICADA A INFORMAÇÃO NO ANEXO 1B EVIDENCIANDO A DIVISÃO.**

4- Infelizmente, as nulidades do edital não cessam com os dispositivos acima delineados, uma vez que ao se analisar o item 18.8.1.2 do edital é observado que são exigidos inúmeros documentos das cooperativas que almejam participar da licitação. Entretanto, o item 4.2.5 do instrumento convocatório é cristalino ao dizer que é vedada a participação de cooperativas no presente certame, veja-se:

4.2. Não será admitida a participação de empresas:

[...]

4.2.5. Que estejam constituídas sob formas de Cooperativas, tendo em vista as disposições contidas no Termo de Conciliação firmado entre o MP do Trabalho e a União, Anexo IV deste Edital;

18.8.1.2. No caso de participação de cooperativas:

- a) Apresentar as Certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS de todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços (Acórdão 668/2005 – TCU – Plenário);
- b) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;
- c) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- d) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- e) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- g) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971; e
- h) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - h.1. ata de fundação;
 - h.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - h.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
 - h.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - h.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - h.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

Logo, não pode o edital vedar, com razão, a participação de cooperativas e no outro dispositivo informar quais são os documentos exigidos das cooperativas que queiram participar da licitação.

4.2. Não será admitida a participação de empresas (cooperativas):

R= EM RESPOSTA AO ITEM ACIMA, INFORMAMOS QUE A REDAÇÃO JÁ FOI RETIFICADA NO EDITAL, CONFIRMANDO A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NESTE CERTAME.

5- Outro ponto que merece destaque é o item 4.5 e o 18.10, uma vez que eles pedem os mesmos documentos em duplicidade, veja-se:

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

- 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 18.10. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, ainda:
- a) Documento que comprove ser o licitante optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), se for o caso, na forma da legislação específica.
 - b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta
 - c) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
 - d) Declaração de Menor
 - e) Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado
 - f) Declaração de Acessibilidade
 - g) Declaração de Cota de Aprendizagem.

Ora, com o devido respeito, mas a licitação não se trata de uma gincana de quem envia mais documentos. Logo, exigir que os licitantes declarem em sistema e depois enviem as mesmas declarações que já foram feitas são uma afronta ao princípio da celeridade processual e da eficiência, razão pela qual a referida exigência em duplicidade é ilegal.

R= CABE ESCLARECER QUE NO ITEM 4.5 SÃO PROCEDIMENTOS EXIGIDOS NO PORTAL, E QUE O ITEM 18.10 ESTÁ APENAS REITERANDO O CUMPRIMENTO DESSES QUESITOS, QUE SE MATERIALIZAM NAQUELE ATO ANTERIOR. NÃO HÁ DUPLICIDADE DE DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA. O ITEM 18.10.1 ESCLARECE A QUESTÃO.

6 - Com efeito, prosseguindo na leitura do instrumento convocatório, também fora observado que o item 17.1 da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE estabelece que as condições para o reajuste estão dispostas no item 30 do Anexo I – Termo de Referência, veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE

17.1. As condições para reajuste contratual são aquelas dispostas no item 30 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, como se aqui transcrita estivessem.

Contudo, ao se observar o item 30 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência resta claro que não há nele qualquer menção ao tema reajuste, veja-se:

Logo, houve claro erro na elaboração da minuta contratual, razão pela qual deve ser corrigido para que se saiba quais são as reais condições contratuais para o reajuste contratual necessário, uma vez que houve clara afronta ao princípio do julgamento objetivo.

R= EM RESPOSTA AO ITEM ACIMA, INFORMAMOS QUE A REDAÇÃO JÁ FOI RETIFICADA NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

7) o item 12.2.4 do Anexo I – Termo de Referência é omissivo quanto o prazo legal de carência da Cobertura Parcial Temporária – CPT, que é o período ininterrupto de até 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da contratação ou adesão ao plano de saúde, em que fica suspensa a cobertura de procedimentos de alta complexidade, leito de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados, exclusivamente, a doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo consumidor ou representante legal."

R = NO ITEM 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE TRATA DO OBJETO A SER CONTRATADO, ESTÁ EVIDENCIADO QUE O PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA/HOSPITALAR DEVERÁ DISPOR "INCLUSIVE COM COBERTURA PARA DOENÇAS E LESÕES PRÉ-EXISTENTES E/OU CRÔNICAS", DESCARTANDO DESTA FORMA A APLICAÇÃO DE CARÊNCIA DA COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA. DESTACA-SE QUE

A RESOLUÇÃO NORMATIVA – RN DA ANS Nº 200, DE 13 DE AGOSTO DE 2009, EM SEU ARTIGO 7º AFIRMA:

Art. 7º No plano privado de assistência à saúde coletivo empresarial com número de participantes igual ou superior a trinta beneficiários não poderá haver cláusula de agravo ou cobertura parcial temporária, nos casos de doenças ou lesões preexistentes, desde que o beneficiário formalize o pedido de ingresso em até trinta dias da celebração do contrato coletivo ou de sua vinculação à pessoa jurídica contratante.”

COM RELAÇÃO AO ITEM 12.2.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE TRATA DO CUMPRIMENTO DE CARÊNCIAS AOS BENEFICIÁRIOS QUE INGRESSAREM NO PLANO DE SAÚDE APÓS O PRAZO DE 30 DIAS DO INÍCIO DO CONTRATO, SALVO AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ITEM 12.2.5, DESTACA-SE QUE AS CARÊNCIAS ELENCADAS SÃO AS DE ÂMBITO GERAL PREVISTAS NA LEI 9656/98, SENDO EVIDENTE QUE OS AJUSTES REALIZADOS POSTERIORMENTE ATRAVÉS DAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS DA ANS TAMBÉM SE APLICAM NESTA CONDIÇÃO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DO DETALHAMENTO SOLICITADO.

8- Com efeito, outra omissão observada está no item 15.1.18 do Anexo I – Termo de Referência, uma vez que ele não especifica quais as cidades da região metropolitana devem ser abrangidas na prestação de serviços objeto da presente licitação, o que poderá causar inúmeros problemas posteriormente, uma vez que a abrangência contratual não está previamente discriminada”.

R = A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM ESTÁ GEOGRAFICAMENTE DEFINIDA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 027/1995 DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, CITADA NOS ITENS 4.2.1 E 4.2.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA. NÃO ENCONTRAMOS MOTIVOS PARA OS PROBLEMAS MENCIONADOS.

9- Continuando na análise dos dispositivos editalícios, fora encontrada outra ilegalidade no Anexo I – Termo de Referência, mais precisamente no item 15.1.53, uma vez que ele estabelece que o beneficiário poderá utilizar recursos não credenciados na rede da operadora...

...Ora, este dispositivo transforma a figura do plano de saúde/odontológico em seguro saúde/odontológico, o que é vedado pela legislação pátria, uma vez que são objetos distintos e ofertados por empresas de natureza distintas e possuem regulações distintas e preços diferentes, tendo em conta que envolvem custos diversos. Logo, este dispositivo deve ser alterado, uma vez que não se coaduna com o objeto ora licitado”.

R = COM RELAÇÃO AO ITEM 15.1.53, TRATA-SE DE COMPLEMENTO AO ITEM 15.1.50, UMA VEZ QUE SOMENTE SERÁ POSSÍVEL A OPÇÃO DO BENEFICIÁRIO POR ATENDIMENTO EM RECURSO NÃO CREDENCIADO NOS CASOS EM QUE NÃO HOVER A OFERTA DA ASSISTENCIA OBRIGATÓRIA POR PARTE DO PLANO CONTRATADO.

10- Contudo, com a devida vênia, as ilegalidades não cessaram, tendo em vista que os itens 15.2.1 e 15.2.3 do Anexo I – Termo de Referência exigem a comprovação de inscrição da licitante contratada no Conselho Regional de Odontologia do Estado do Pará bem como a observância às normas legais e regulamentares da ANVISA e do CRO-PA...”

15.2.1. Apresentar, na ocasião da assinatura do Contrato:

Comprovante de inscrição no Conselho Regional de Odontologia do Estado do Pará.

Comprovação do registro do(s) produto(s), em vigor, oferecido(s) na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

15.2.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e ro\uDBC0\uDD9Fnas estabelecidos em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis da ANVISA e do Conselho Regional de Odontologia do Estado do Pará (CRO-PA).

R = NÃO HÁ ILEGALIDADE NESTAS CONDICIONANTES UMA VEZ QUE:

1) A ÁREA DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, ESTÁ DIRETAMENTE LIGADAS A FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE E ÀS ROTINAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, ELEMENTOS BASILARES DESTA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO.

2) CONFORME O ARTIGO 8º DA LEI N.º 9.956/98, QUE DIZ: "Para obter a autorização de funcionamento, as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem satisfazer os seguintes requisitos, independentemente de outros que venham a ser determinados pela ANS: I - Registro nos Conselhos Regionais de Medicina e Odontologia, conforme o caso, em cumprimento ao disposto no art. 1º da lei no 6.839, de 30 de outubro de 1980".

ASSIM SENDO, AS OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DEVEM PROCEDER SEUS REGISTROS, BEM COMO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, NOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA E ODONTOLOGIA, DE ACORDO COM A ÁREA GEOGRÁFICA COBERTA PELO PLANO.

PORÉM, PARA NÃO HAVER O COMPROMETIMENTO DA COMPETITIVIDADE A EQUIPE TÉCNICA DO CERTAME CUIDARÁ DA REVISÃO DO TEXTO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Atenciosamente,

IVAN LIMA ARAUJO

Analista Técnico Administrativo

Seção de Atividades Administrativas Auxiliares - SAD

Coordenação de Gestão Administrativa - CGA

Fones: (91) 4008-5697 / (91) 4008-5551 / (91) 98713-5442

ivan.araujo@sudam.gov.br